

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **TECNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a Portaria GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE março DE 2025 – Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças e Agravos – Ministério da Saúde o item correto é o item A - Tuberculose; Sífilis; Febre Amarela, sendo todos esses agravos de notificação compulsória semanal, os outros itens se referem a casos de notificação mediata (semanal) e imediata no mesmo item.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o Ministério da Saúde, o item correto é o item D - Acidentes com vespas, marimbondos, lacraias, araias, embora não se configurem problema de saúde pública, são casos de notificação de acidentes e agravos, sendo os outros itens falsos, a – Só é necessário atendimento hospitalar se houver manifestações sistêmicas; b – existem mais focos importantes: aranhas, lagartas, abelhas e água viva; c – acidentes com lagartas pode ter a necessidade de administração de soro; e – nem todos acidentes com aranha são administrados soro nem com todas as espécies de aranha.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **TÉCNICO EM RADIOLOGIA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa descreve com precisão a abrangência das competências do Conselho Fiscal, conforme o art. 6º da Lei nº 12.781/1997. Ao órgão compete:

Analisar balancetes mensais e relatórios de desempenho financeiro e gerencial;

Emitir parecer sobre as contas da entidade;

Supervisionar a execução orçamentária e contábil, inclusive com acesso a documentos e registros internos.

A alternativa expressa corretamente esse conjunto de atribuições.

- Alternativa B (Incorreta): O Conselho Fiscal não depende de provocação externa para agir. A legislação garante ao órgão iniciativa própria para fiscalização, com autonomia para examinar documentos, requisitar informações e emitir pareceres, inclusive em matérias internas da entidade.

- Alternativa C (Incorreta): A atuação do Conselho Fiscal não se limita ao controle de verbas públicas, embora essa seja uma parte importante de sua função. Ele também atua sobre as atividades administrativas e contábeis em geral, independentemente da origem dos recursos.

- Alternativa D (Incorreta): O Conselho Fiscal não possui função representativa, tampouco pode assinar contratos ou assumir obrigações financeiras em nome da

organização social. Essa é uma atribuição da diretoria executiva ou da administração central da entidade, conforme previsto em estatuto.

Fundamentação Legal

• Lei nº 12.781/1997 (CE):

Art. 6º, incisos I a VI, com redação vigente da Lei nº 15.408/2013, define que compete ao Conselho Fiscal:

Examinar relatórios mensais e anuais;

Supervisionar a execução financeira;

Requisitar documentos e informações;

Manifestar-se sobre assuntos submetidos pela diretoria ou sociedade;

Atuar preventivamente e reativamente em temas de gestão e integridade.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

O disposto nos artigos 65, 66 e 67 da Resolução RDC nº 611, de 9 de março de 2022.

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 611, de 9 de março de 2022. Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 51, p. 107, 16 mar. 2022.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

a) Tempo de aquisição é mais curto.

Fundamentação: De acordo com Bontrager, os tomógrafos multicorte possibilitam um tempo de aquisição mais curto devido à sua capacidade de realizar múltiplos cortes por rotação. Isso reduz artefatos por movimento, melhora a qualidade das imagens e agiliza o diagnóstico. Por isso, a alternativa correta é a que apresenta “Tempo de aquisição mais curto”, que destaca essa principal vantagem da tecnologia multicorte.

Fonte: BONTRAGER, Kenneth L.; LAMPIGNANO, John P. Tratado de posicionamento radiográfico e anatomia associada. Elsevier Brasil, 2010. 7ª Edição

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que **“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”**

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **031 – ANALISTA CLÍNICO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC) e dá outras providências. Subseção II, do sistema de informação

Art. 71. O Serviço que executa EAC deve definir uma política e responsabilidades para estabelecer: I - sistemática de acesso a dados e informações dos pacientes e dos profissionais do serviço; II - controle de acesso a lançamento e alterações de dados e resultados dos exames dos pacientes, contendo históricos com datas, horários, usuário e local em que ocorreu o cadastro ou alteração das informações; III - processo sistematizado para liberação de resultados dos exames e laudos dos pacientes, seja ela automática ou manual; IV - política de privacidade e confidencialidade da informação; e V - sistemática definida e documentada de proteção contra acessos não autorizados. Art. 72. O Serviço que executa EAC e a Central de Distribuição devem realizar a avaliação e verificação do sistema ou programa de informática antes de sua implementação, e documentá-las, contemplando informações referentes à disponibilidade, confiabilidade, integridade dos dados e responsabilidades das instituições e dos usuários.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.



Tabela 16-1

Materiais Clínicos para Identificação de Patógenos Bacterianos

Material	Sistema de Transporte	Volume de Material	Outras Considerações
Sangue: cultura bacteriana de rotina	Frasco de hemocultura com meio nutritivo	Adultos: 20 mL/cultura Crianças: 5-10 mL/cultura Recém-nascidos: 1 mL/cultura	A pele deve ser desinfetada com álcool a 70%, seguido de 0,5%-2% clorexidina; 2-3 culturas colhidas para cada evento séptico; o sangue é dividido igualmente em dois frascos de meio nutriente
Sangue: pesquisa de bactéria intracelular (p.ex., <i>Bruceella</i> , <i>Francisella</i> , <i>Neisseria</i> spp.)	Frasco de hemocultura com sistema de lise-centrifugação	Adultos: 20 mL/cultura Crianças: 5-10 mL/cultura Recém-nascidos: 1-2 mL/cultura	As mesmas considerações para cultura de sangue de rotina; liberação de bactérias intracelulares pode aumentar a recuperação dos organismos; <i>Neisseria</i> spp. é inibida pelos anticoagulantes (polianetoossulfonato de sódio)
Sangue: <i>Leptospira</i> sp.	Tubo heparinizado estéril	1-5 mL	O material é útil somente na primeira semana da doença; após isso, a urina deve ser usada para cultura
Líquido cefalorraquidiano	Tubo estéril com tampa de rosca	Cultura bacteriana: 1-5 mL Cultura de micobactérias: o maior volume possível	O material deve ser coletado e levado imediatamente ao laboratório; não deve ser exposto ao calor nem à refrigeração

Outros líquidos estéreis (p.ex., líquidos abdominal, pleural, sinovial, pericárdico)	Volume pequeno: tubo estéril com tampa de rosca Volume grande: frasco de hemocultura com meio nutritivo	O maior volume possível	O material deve ser coletado com agulha e seringa; swab não deve ser usado, pois a quantidade de material coletado é inadequada; ar não deve ser injetado no frasco de coleta, pois inibirá o crescimento de anaeróbios
Cateter	Tubo estéril com tampa de rosca ou frasco de coleta de material	N/A	O local de inserção deve ser desinfetado com álcool; o cateter deve ser assepticamente removido para ser recebido no laboratório; o cateter é rolado em placa de agar-sangue e, em seguida, descartado.
Respiratório: garganta	Swab em meio de transporte	N/A	A área da inflamação deve ser esfregada com o swab; exsudato deve ser coletado se estiver presente; contato com a saliva deve ser evitado, pois isso pode inibir a recuperação de estreptococos do grupo A
Respiratório: epiglote	Coleta de sangue para cultura	O mesmo quando para cultura de sangue	Coleta com swab pode desencadear o fechamento completo das vias aéreas; cultura de sangue deve ser realizada para o diagnóstico específico
Respiratório: seios da face	Tubo anaeróbio estéril ou frasco pequeno	1-5 mL	O material deve ser coletado com seringa e agulha; cultura de orofaringe e nasofaringe não tem valor; o material pode ser cultivado para bactérias aeróbias e anaeróbias

Material	Sistema de Transporte	Volume de Material	Outras Considerações
Respiratório: trato inferior	Tubo estéril com tampa de rosca, tubo anaeróbio ou frasco pequeno; somente para evitar contato com a microbiota do trato superior	1-2 mL	Escarro por expectoração: se possível, o paciente deve enxaguar a boca com água antes da coleta; o paciente deve tossir profundamente e expectorar a secreção das vias aéreas inferiores diretamente em um copo estéril; deve-se evitar a contaminação com saliva. Material de broncoscopia: anestésicos podem inibir o crescimento de bactérias; então, o material deve ser processado imediatamente; se um broncoscópio "protegido" for usado, cultura de anaeróbios poderá ser realizada. Aspirado diretamente do pulmão: material poderá ser processado para bactérias aeróbias e anaeróbias
Ouvidos	Seringa sem agulha com tampa; tubo estéril com tampa de rosca	Qualquer volume coletado	O material deve ser coletado com seringa e agulha; cultura do ouvido externo não tem valor preditivo para otite média
Olhos	Inocular as placas no local da coleta (selar e levar ao laboratório imediatamente)	Qualquer volume coletado	Para infecções na superfície do olho, as amostras são recolhidas com um cotonete ou raspado de córnea; para infecções profundas, aspiração de líquido aquoso ou vítreo é realizada; todas as amostras devem ser inoculadas em meio apropriado na coleta; atrasos resultarão em perda significativa de organismos

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Para ampliar a captação precoce das gestantes, o Ministério da Saúde, por intermédio da Estratégia Rede Cegonha, incluiu o Teste Rápido de Gravidez nos exames de rotina do pré-natal, que pode ser realizado na própria Unidade Básica de Saúde (UBS), o que acelera o processo necessário para a confirmação da gravidez e o início do pré-natal. Já no primeiro trimestre os sintomas podem ser observados pelas mulheres. Alguns podem permanecer até o final da gestação.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **032 – ASSISTENTE SOCIAL**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Problematizar a questão da fuga de cérebros, defendendo a necessidade de políticas públicas para a retenção de talentos.

Esse item reflete uma abordagem crítica e reflexiva sobre o fenômeno da "fuga de cérebros", destacando a importância de criar e fortalecer políticas públicas que incentivem os cientistas a permanecerem no país, evitando a perda de talentos para o exterior.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

A progressão temática do texto ocorre por meio da apresentação de motivos (como a falta de investimento e apoio à pesquisa) que levam os cientistas a deixar o país, seguidos das consequências desse fenômeno (como o enfraquecimento da produção científica nacional). Essa estrutura causal é comum em textos que abordam a "fuga de cérebros", pois ajuda o leitor a compreender tanto o problema quanto seus impactos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com precisão os múltiplos requisitos exigidos cumulativamente pela legislação cearense:

A entidade deve possuir ato constitutivo registrado, com cláusulas que garantam:

natureza não lucrativa, reinvestimento dos excedentes financeiros, existência de conselho de administração e diretoria, participação de representantes do Estado e da sociedade no colegiado superior, previsão de reversão de patrimônio em caso de extinção ou desqualificação, e publicação anual de relatórios financeiros e de execução contratual. Além disso, exige-se aprovação expressa da Secretaria de Estado da área de atuação da entidade e da Secretaria do Planejamento e Gestão, quanto à conveniência e oportunidade da qualificação. A alternativa está inteiramente conforme o texto legal.

- Alternativa B (Incorreta): A qualificação não é automática. A legislação exige a comprovação de regularidade jurídica e a inserção de cláusulas estatutárias específicas (inclusive de controle interno e patrimonial). A existência de plano de metas ou regularidade fiscal não substitui os requisitos estatutários e formais.

- Alternativa C (Incorreta): A legislação veda expressamente a distribuição de bens, patrimônio ou excedentes financeiros entre membros da entidade, inclusive em caso de desligamento, falecimento ou retirada (art. 2º, I, "h"). O contrato de gestão não pode contrariar essa proibição, sendo esta cláusula obrigatória no estatuto para a qualificação.

- Alternativa D (Incorreta): O art. 2º exige, de forma expressa, que o estatuto da entidade disponha sobre sua estrutura organizacional e regras de governança, incluindo órgãos deliberativos, de controle e de direção, bem como a destinação do patrimônio em caso de desqualificação ou extinção. Compromissos abstratos com princípios administrativos são insuficientes para fins de qualificação.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (Estado do Ceará): Art. 2º, incisos I e II – Estabelece os requisitos específicos para habilitação à qualificação como organização social, incluindo disposições estatutárias obrigatórias, vedação à distribuição de patrimônio, exigência de publicação de relatórios e aprovação pelas Secretarias competentes.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 37, caput):

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que informam o regime das parcerias com organizações sociais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Incorreta): A função do Conselho Fiscal não compreende a substituição da Diretoria, nem o exercício de gestão estratégica ou tomada de decisões operacionais. Sua atuação é fiscalizatória, e não executiva. Ademais, embora possa acompanhar indiretamente o cumprimento do contrato de gestão, não é sua competência central definir ou monitorar indicadores de desempenho.

- Alternativa B (Correta): Essa alternativa reflete fielmente o conjunto de competências previstas no art. 6º da Lei nº 12.781/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.408/2013: Emitir pareceres sobre relatórios mensais e anuais da Diretoria; Analisar documentos contábeis e gerenciais; Fiscalizar a execução financeira, com direito de acesso a registros internos e requisição de informações; Pronunciar-se sobre assuntos submetidos pela Diretoria ou Conselho de Administração; Manifestar-se formalmente sobre denúncias encaminhadas pela sociedade civil; E, por fim, exercer outras atribuições correlatas, conforme a legislação ou o estatuto da entidade.

A alternativa está tecnicamente precisa e plenamente aderente à norma legal.

- Alternativa C (Incorreta): A competência do Conselho Fiscal não se limita ao balanço patrimonial, tampouco é restrita à análise anual. A lei expressamente autoriza sua atuação mensal, sobre atividades gerenciais e operacionais, e em relação a denúncias, o que amplia significativamente seu escopo funcional.

- Alternativa D (Incorreta): Embora possa atuar a partir de solicitações da Diretoria ou do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal também possui competência própria e autônoma, podendo agir de ofício dentro dos limites da lei e do estatuto, inclusive sobre matérias encaminhadas pela sociedade civil.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (CE), art. 6º, com redação da Lei nº 15.408/2013:

Define que compete ao Conselho Fiscal:

Analisar balancetes e relatórios mensais;

Examinar relatórios de atividades e demonstrações financeiras anuais;

Requisitar documentos e informações;

Manifestar-se sobre denúncias recebidas da sociedade;

Exercer funções correlatas atribuídas pelo estatuto ou por legislação complementar.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Incorreta): A lei não exige a eleição de membros do Conselho de Administração pelos usuários finais dos serviços. A representatividade da sociedade civil não se confunde com participação direta dos beneficiários. A previsão de dois representantes da sociedade civil não tem como condição sua eleição direta pelos usuários.
- Alternativa B (Incorreta): A legislação não autoriza predominância numérica de representantes estatais no Conselho. Ao contrário, a composição é equilibrada entre Poder Público, sociedade civil e representantes da entidade, o que revela uma concepção de governança compartilhada, e não de subordinação administrativa.
- Alternativa C (Correta): Esta alternativa reproduz corretamente a composição do Conselho, exigida pelo art. 3º da Lei nº 12.781/1997 (com redação da Lei nº 15.408/2013): Dois representantes do Estado; Dois representantes da sociedade civil; Um representante eleito entre os membros ou associados da entidade, quando se tratar de associação civil; Um conselheiro eleito entre os próprios membros do Conselho, escolhido por critérios de reputação moral e qualificação profissional; Um membro adicional, indicado ou eleito conforme previsão estatutária da própria entidade.
- Alternativa D (Incorreta): A composição do Conselho não é exclusiva de integrantes internos. A lei expressamente impõe a inclusão de representantes externos (Estado e sociedade civil), bem como a observância de critérios objetivos para composição e escolha, como notória capacidade profissional e idoneidade moral.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (CE), art. 3º, com redação da Lei nº 15.408/2013: Estabelece que o Conselho de Administração das organizações sociais deve ter sete membros, com representatividade multissetorial e mecanismos de eleição, indicação e critérios objetivos para a escolha dos membros.
- Princípios de governança pública (CF/88, art. 37): A composição colegiada atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, promovendo a pluralidade institucional e o controle social da gestão pública indireta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

O Item A é o VERDADEIRO, pois segundo a Lei de Regulamentação da profissão. Lei 8662/93, em seu Art. 10º Compete ao Conselho Regional de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições: III - expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

Os Itens B, C e D são FALSOS, pois as competências citadas referem-se ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em seu artigo 9.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

O Item I está VERDADEIRO, pois O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão Social é apreendida como o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura.

O item II está FALSO, pois a questão social vem sendo desigualdade e não igualdade como consta na questão.

O Item III está VERDADEIRO, pois foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

O item I é VERDADEIRO. Conforme Iamamoto (2006, p.205), O movimento de reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente.

O item II é FALSO. Conforme Iamamoto (2006, p.205), O movimento de reconceituação emergiu na metade dos anos 1960 e prolongou-se por uma década e foi na sua especificidade um fenômeno tipicamente latino-americano.

O item III é VERDADEIRO. Conforme Iamamoto (2006, p.206), O movimento de reconceituação, dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão, de seus fundamentos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

O item A é FALSO, pois conforme o Art. 116. As conferências de Assistência Social são instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

O item B é FALSO, pois conforme o Art. 119. Os Conselhos de Assistência Social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas à estrutura do órgão gestor de assistência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

O item C é FALSO, pois conforme o Art. 18. O Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS

O item D é VERDADEIRO, pois conforme o Art. 48. Os fundos de assistência social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos quais devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

O item I e III são VERDADEIROS, pois conforme o ECA em seu Art. 54 é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

O item II é FALSO, pois conforme o ECA em seu Art. 54 é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

O Item A é VERDADEIRO, pois segundo a Política Nacional do Idoso, em seu Art. 10, compete ao órgão na área de Justiça b) zelar pela aplicação das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos.

O item B e C são FALSOS, pois segundo a Política Nacional do Idoso, em seu Art. 10, compete ao órgão na área de cultura, esporte e lazer b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional; c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;7

O item D são FALSOS, pois segundo a Política Nacional do Idoso, em seu Art. 10, compete ao órgão na área de trabalho e previdência social a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado; b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Os itens A, C, D são FALSOS, pois conforme a Lei nº8.842 de 1994 em seu Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso: III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência. V - Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços; VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento; VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família.

O item B é VERDADEIRO, pois conforme a Lei nº8.842 de 1994 em seu Art. 3º A política nacional do idoso rege-se pelos seguintes princípios: I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **ENFERMEIRO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

A ambiguidade no trecho decorre da posição da expressão "perto de", que pode gerar duas interpretações:

Perto de alcançarem os 40 anos (idade): sentido mais provável, indicando que os cientistas estão se aproximando dos 40 anos.

Perto de alcançarem os 40 anos sem vínculo formal: pode ser interpretado erroneamente como se "alcançar os 40 anos sem vínculo" fosse um marco, o que causa confusão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com precisão os múltiplos requisitos exigidos cumulativamente pela legislação cearense:

A entidade deve possuir ato constitutivo registrado, com cláusulas que garantam:

natureza não lucrativa, reinvestimento dos excedentes financeiros, existência de conselho de administração e diretoria, participação de representantes do Estado e da sociedade no colegiado superior, previsão de reversão de patrimônio em caso de extinção ou desqualificação, e publicação anual de relatórios financeiros e de execução contratual. Além disso, exige-se aprovação expressa da Secretaria de Estado da área de atuação da entidade e da Secretaria do Planejamento e Gestão, quanto à conveniência e oportunidade da qualificação. A alternativa está inteiramente conforme o texto legal.

- Alternativa B (Incorreta): A qualificação não é automática. A legislação exige a comprovação de regularidade jurídica e a inserção de cláusulas estatutárias específicas (inclusive de controle interno e patrimonial). A existência de plano de metas ou regularidade fiscal não substitui os requisitos estatutários e formais.

- Alternativa C (Incorreta): A legislação veda expressamente a distribuição de bens, patrimônio ou excedentes financeiros entre membros da entidade, inclusive em caso de desligamento, falecimento ou retirada (art. 2º, I, "h"). O contrato de gestão não pode contrariar essa proibição, sendo esta cláusula obrigatória no estatuto para a qualificação.

- Alternativa D (Incorreta): O art. 2º exige, de forma expressa, que o estatuto da entidade disponha sobre sua estrutura organizacional e regras de governança, incluindo órgãos deliberativos, de controle e de direção, bem como a destinação do patrimônio em caso de desqualificação ou extinção. Compromissos abstratos com princípios administrativos são insuficientes para fins de qualificação.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (Estado do Ceará): Art. 2º, incisos I e II – Estabelece os requisitos específicos para habilitação à qualificação como organização social, incluindo disposições estatutárias obrigatórias, vedação à distribuição de patrimônio, exigência de publicação de relatórios e aprovação pelas Secretarias competentes.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 37, caput):

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que informam o regime das parcerias com organizações sociais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Incorreta): A função do Conselho Fiscal não compreende a substituição da Diretoria, nem o exercício de gestão estratégica ou tomada de decisões operacionais. Sua atuação é fiscalizatória, e não executiva. Ademais, embora possa acompanhar indiretamente o cumprimento do contrato de gestão, não é sua competência central definir ou monitorar indicadores de desempenho.

- Alternativa B (Correta): Essa alternativa reflete fielmente o conjunto de competências previstas no art. 6º da Lei nº 12.781/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.408/2013: Emitir pareceres sobre relatórios mensais e anuais da Diretoria; Analisar documentos contábeis e gerenciais; Fiscalizar a execução financeira, com direito de acesso a registros internos e requisição de informações; Pronunciar-se sobre assuntos submetidos pela Diretoria ou Conselho de Administração; Manifestar-se formalmente sobre denúncias encaminhadas pela sociedade civil; E, por fim, exercer outras atribuições correlatas, conforme a legislação ou o estatuto da entidade.

A alternativa está tecnicamente precisa e plenamente aderente à norma legal.

- Alternativa C (Incorreta): A competência do Conselho Fiscal não se limita ao balanço patrimonial, tampouco é restrita à análise anual. A lei expressamente autoriza sua atuação mensal, sobre atividades gerenciais e operacionais, e em relação a denúncias, o que amplia significativamente seu escopo funcional.

- Alternativa D (Incorreta): Embora possa atuar a partir de solicitações da Diretoria ou do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal também possui competência própria e autônoma, podendo agir de ofício dentro dos limites da lei e do estatuto, inclusive sobre matérias encaminhadas pela sociedade civil.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (CE), art. 6º, com redação da Lei nº 15.408/2013:

Define que compete ao Conselho Fiscal:

Analisar balancetes e relatórios mensais;

Examinar relatórios de atividades e demonstrações financeiras anuais;

Requisitar documentos e informações;

Manifestar-se sobre denúncias recebidas da sociedade;

Exercer funções correlatas atribuídas pelo estatuto ou por legislação complementar.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Incorreta): A lei não exige a eleição de membros do Conselho de Administração pelos usuários finais dos serviços. A representatividade da sociedade civil não se confunde com participação direta dos beneficiários. A previsão de dois representantes da sociedade civil não tem como condição sua eleição direta pelos usuários.
- Alternativa B (Incorreta): A legislação não autoriza predominância numérica de representantes estatais no Conselho. Ao contrário, a composição é equilibrada entre Poder Público, sociedade civil e representantes da entidade, o que revela uma concepção de governança compartilhada, e não de subordinação administrativa.
- Alternativa C (Correta): Esta alternativa reproduz corretamente a composição do Conselho, exigida pelo art. 3º da Lei nº 12.781/1997 (com redação da Lei nº 15.408/2013): Dois representantes do Estado; Dois representantes da sociedade civil; Um representante eleito entre os membros ou associados da entidade, quando se tratar de associação civil; Um conselheiro eleito entre os próprios membros do Conselho, escolhido por critérios de reputação moral e qualificação profissional; Um membro adicional, indicado ou eleito conforme previsão estatutária da própria entidade.
- Alternativa D (Incorreta): A composição do Conselho não é exclusiva de integrantes internos. A lei expressamente impõe a inclusão de representantes externos (Estado e sociedade civil), bem como a observância de critérios objetivos para composição e escolha, como notória capacidade profissional e idoneidade moral.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (CE), art. 3º, com redação da Lei nº 15.408/2013: Estabelece que o Conselho de Administração das organizações sociais deve ter sete membros, com representatividade multissetorial e mecanismos de eleição, indicação e critérios objetivos para a escolha dos membros.
- Princípios de governança pública (CF/88, art. 37): A composição colegiada atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, promovendo a pluralidade institucional e o controle social da gestão pública indireta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Incorreta): O Decreto nº 26.811/2002 não limita a função da organização social à prestação direta de serviços assistenciais. Pelo contrário, atribui-lhe também o papel de produzir e aplicar conhecimento técnico-científico voltado à gestão hospitalar e à saúde pública. A alternativa ignora esse aspecto estruturante do modelo adotado.

- Alternativa B (Correta): Esta alternativa reflete com fidelidade o conteúdo do art. 2º do Decreto: a entidade qualificada, como o ISGH, tem dupla função:

Responsabilizar-se pela operação e gestão de hospitais públicos (atividade gerencial direta);

Desenvolver e aplicar conhecimento técnico e metodológico nas áreas de saúde e gestão hospitalar, para aplicação no sistema estadual de saúde.

Essa combinação caracteriza o modelo de organização social voltado à inovação, à eficiência e à racionalização da gestão de serviços públicos.

- Alternativa C (Incorreta): A atuação do ISGH não se limita à consultoria ou apoio institucional. O Decreto lhe confere responsabilidade direta pela administração e operação de unidades de saúde, o que inclui atividade de gestão e execução operacional de serviços, além de pesquisa e desenvolvimento técnico.

- Alternativa D (Incorreta): O ISGH não exerce papel meramente consultivo, tampouco está excluído da operação de unidades do SUS. A norma expressamente confere à entidade a responsabilidade direta pela gestão e operação de hospitais públicos estaduais, dentro dos parâmetros estabelecidos em contratos de gestão com o Estado.

Fundamentação Legal

- Decreto nº 26.811/2002 (CE):

Art. 2º: Define que a entidade qualificada como organização social (ISGH) tem como objetivo produzir conhecimento técnico nas áreas de saúde e gestão hospitalar, além de responder pela operação e administração de hospitais, nos termos de contrato de gestão firmado com o Estado.

- Marco Legal das Organizações Sociais (Lei Federal nº 9.637/1998):

Prevê que entidades qualificadas como OS podem firmar contratos com o Poder Público para execução de atividades não exclusivas de Estado, em setores como saúde, educação e pesquisa, mediante controle de resultados e metas pactuadas.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com exatidão o conteúdo do art. 16 e §1º da Lei nº 9.637/1998, que condiciona a desqualificação da organização social ao processo administrativo prévio, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e estabelece que os dirigentes respondem individual e solidariamente pelos prejuízos causados por ação ou omissão. Trata-se de regra de natureza sancionatória com respaldo no princípio do devido processo legal.
- Alternativa B (Incorreta): Embora a ineficiência na prestação dos serviços possa justificar a desqualificação, a lei exige procedimento administrativo prévio e garantias processuais, não sendo cabível decisão unilateral e imediata do Executivo sem contraditório. A alternativa viola frontalmente o §1º do art. 16.
- Alternativa C (Incorreta): A desqualificação como organização social não implica extinção da entidade privada, tampouco interfere diretamente em sua personalidade jurídica, que permanece intacta. O que se extingue é o vínculo qualificado com o Estado e as prerrogativas legais decorrentes dessa qualificação.
- Alternativa D (Incorreta): A reversão patrimonial dos bens públicos permitidos ou valores transferidos é expressamente prevista no §2º do art. 16, independentemente de uso prolongado. A alegação de incorporação por uso não afasta o dever de devolução, uma vez que tais bens mantêm sua natureza pública e apenas estavam sob uso autorizado.

Fundamentação Legal

- Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais):

Art. 16, caput: A desqualificação exige descumprimento contratual.

§1º: Deve ser precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

§2º: Implica reversão dos bens e valores públicos entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 5º, incisos LIV e LV):

Garantia do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

Entra no conteúdo Semiologia e semiotécnica aplicada à Enfermagem (princípios básicos do exame físico e adequação aos diagnósticos de enfermagem). De acordo com o Protocolo de atenção básica – Saúde da mulher, está correto apenas o que se afirmar no item A - Repetir exame citopatológico em 6 meses; com 2 exames negativos seguir rotina de rastreamento e se segundo exame com lesão igual ou maior, encaminhar pra colposcopia. Os outros itens são falsos quanto à conduta correta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Retificado dia 13 de junho de 2025.

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a Política Saúde do Trabalhador – Ministério da Saúde, 2024, está correto apenas o que se afirmar no item C- A Política de Saúde do Trabalhador corre por meio da participação de organizações de trabalhadores e empregadores, e pelos instrumentos estabelecidos pelas Leis Orgânicas de Saúde. Sendo assim os outros itens falsos por conter informações errôneas – a) A política de saúde do trabalhador não atende somente trabalhadores formais e urbanos que atuam em empresas médias ou grandes; b) Trata-se de uma política transversal em articulação com outras políticas públicas de saúde nas três esferas: municipal, estadual, federal; d) A Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) participa de ações que visam promoção da saúde, prevenção da morbimortalidade e redução de riscos e vulnerabilidades na população trabalhadora e, que devem ser realizadas de forma contínua e sistemática, ao longo do tempo, visando a detecção, conhecimento, pesquisa e análise dos fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho; A Política de Saúde do Trabalho abrange muitas ações e atuações com redes de assistência especializada em saúde do trabalhador e não só com atuação em educação em saúde.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com as fontes utilizadas, o item correto é o item A - O enfermeiro deve orientar quanto aos possíveis efeitos colaterais, a importância de adesão ao tratamento e da não interrupção do medicamento abruptamente causando mais efeitos colaterais, sendo os outros itens falsos, b – o enfermeiro não tem respaldo para ajustar dose de antidepressivo, sendo privativo do médico especialista; c – o enfermeiro deve sempre orientar os possíveis efeitos colaterais da medicação utilizada pelo paciente para diminuir a ansiedade do paciente, incentivar a adesão ao tratamento e por segurança ao paciente; d – os antidepressivos carregam uma variedade de efeitos colaterais que podem interferir na qualidade de vida do paciente, e os sintomas não desaparecerão com 1 semana; o enfermeiro não tem respaldo para trocar a medicação.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a fonte utilizada, o item correto é o item A - A cardiocardiografia contínua não é recomendada para avaliação do bem-estar fetal em gestantes saudáveis de risco habitual em trabalho de parto espontâneo, sendo os outros itens falsos, b - A ausculta intermitente da frequência cardíaca fetal com o sonar Doppler ou estetoscópio de Pinard é recomendada para gestantes saudáveis em risco habitual em trabalho de parto; c - O exame pélvico digital em intervalos de quatro horas é recomendado para avaliação de rotina na fase ativa do primeiro estágio do trabalho de parto de parturientes de risco habitual; d - Para parturientes com início de trabalho de parto espontâneo, o limite da taxa de dilatação cervical de 1 cm/hora, durante a fase ativa do primeiro estágio não é eficiente para identificar mulheres em risco de resultados adversos no parto; O uso de ocitocina para prevenção de atraso no trabalho de parto em mulheres recebendo analgesia peridural não é recomendado.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a fonte utilizada, o item correto é o item C - A episiotomia pode ser utilizada quando houver dificuldade para introduzir o fórceps ou vácuo-extrator, e na distocia de ombros, para facilitar as manobras internas, sendo os outros itens falsos, a - O segundo estágio do parto é o período de tempo entre a dilatação cervical completa e o nascimento; b - Em mulheres com analgesia regional, após a confirmação da dilatação cervical completa, recomenda-se que o puxo seja adiado por pelo menos 1 hora; d - Considerar o uso de parto vaginal operatório (vácuo-extrator ou fórceps) se for detectado prolongamento de período expulsivo, não podendo se realizar tentativas sequenciais no parto com diferentes instrumentos para o parto vaginal operatório; O uso de uterotônicos para a prevenção de Hemorragia Pós Parto (HPP) durante o terceiro estágio do parto é recomendado em todos os partos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a fonte utilizada, o item correto é o item B -Dilatação colo uterino; apagamento uterino, consistência cervical; posição do colo uterino, altura da apresentação fetal, sendo os outros itens incompletos ou com parâmetros errados.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a fonte utilizada, o item correto é o item C - Manobra de Ritgen modificada, que consiste na prensão períneo por parte do médico ou enfermeiro obstetra utilizando uma de suas mãos com a ajuda de uma compressa, sendo os outros itens manobras que não tem relação com a parte perineal.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a fonte utilizada, o item correto é o item B - Doxiciclina oral 12/12 horas por 15 dias, pois se o paciente relata ter alergia à amoxicilina, ele tem risco de ter alergia a todos os medicamentos da classe das penicilinas como a Benzilpenicilina benzatina, Benzilpenicilina potássica/cristalina, Penicilina G procaína e azitromicina, sendo outra classe a doxiciclina, que de acordo com o protocolo seria o tratamento alternativo para sífilis secundária, sendo excluída a ceftriaxona por ser o tratamento alternativo para neurosífilis (estágio mais avançado).

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

A hiperglicemia aguda sintomática é caracterizada por glicemia aleatória ≥ 250 mg/dL com sinais ou sintomas como cetonúria positiva, poliúria, polidipsia, perda ponderal, taquipneia, náuseas/vômitos, dor abdominal, desidratação ou alteração do nível de consciência, que pode evoluir para complicações mais graves como cetoacidose diabética e síndrome hiperosmolar hiperglicêmica não cetótica (ITEM A INCORRETO). De acordo com os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para diabetes mellitus (DM) do Ministério da Saúde e as Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), a hipoglicemia é caracterizada por glicemia aleatória inferior a 70 mg/dL e pode ser considerada grave quando os níveis de glicemia estão abaixo de 54 mg/dL. Nestes casos, pode haver alterações físicas e/ou mentais significativas, como confusão, tontura, desmaios, convulsões e até coma, necessitando de assistência rápida de terceiros para o tratamento adequado e prevenção de complicações (ITEM B CORRETO). O exame de HbA1c (hemoglobina glicada) não exige jejum. Ao contrário dos testes de glicemia em jejum, o HbA1c mede a média da glicose no sangue nos últimos 2 a 3 meses e pode ser feito a qualquer hora do dia. Com o intuito de não postergar o início de tratamento em situações agudas, o diagnóstico de DM poderá ser feito por meio de glicemia ao acaso, quando houver presença de sintomas típicos de hiperglicemia, como poliúria, polidipsia e perda de peso inexplicada. É recomendado estabelecer o diagnóstico de DM se houver

glicemia de jejum maior ou igual a 126 mg/dl e HbA1c maior ou igual a 6,5%, simultaneamente. Além disso, o HbA1c poderá ser repetido quando houver dúvidas em algum dos exames diagnósticos (ITEM C INCORRETO). A maioria dos casos de DM1 (crianças e adultos) se inicia com hiperglicemia significativa e necessidade de insulino terapia imediata. Quando não tratada, evolui rapidamente para cetoacidose diabética (CAD), especialmente na presença de infecções ou de outra forma de estresse. Portadores de DM1 geralmente respondem bem à insulino terapia imediata, pois a doença é caracterizada pela deficiência absoluta de insulina. A insulino terapia é essencial e eficaz desde o início do tratamento (ITEM D INCORRETO). A principal medida de prevenção do DM2 em indivíduos com pré-diabetes é a modificação do estilo de vida (MEV), que inclui a adoção de uma dieta saudável, a prática regular de atividade física e a perda de peso. Essas mudanças no estilo de vida têm mostrado grande eficácia na prevenção da progressão do pré-diabetes para DM2. Os inibidores do cotransportador sódio-glicose tipo 2 (iSGLT2) e os inibidores da DPP-IV não são considerados na prevenção do DM2, por falta de evidências. A metformina é o medicamento mais comumente recomendado para a prevenção do DM2 em pré-diabéticos, especialmente em indivíduos com obesidade, síndrome metabólica ou níveis glicêmicos mais elevados. Os iSGLT2 e os inibidores da DPP-IV são geralmente utilizados no tratamento do DM2 já estabelecido, e não na prevenção primária em pré-diabéticos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **ENFERMEIRO - EMERGENCISTA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Problematizar a questão da fuga de cérebros, defendendo a necessidade de políticas públicas para a retenção de talentos.

Esse item reflete uma abordagem crítica e reflexiva sobre o fenômeno da "fuga de cérebros", destacando a importância de criar e fortalecer políticas públicas que incentivem os cientistas a permanecerem no país, evitando a perda de talentos para o exterior.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativa A: Incorreta. A atuação da Central de Regulação não se limita à autorização de transporte; ela deve também subsidiar planejamento estratégico e atuar na regulação assistencial em sentido amplo.

Alternativa B: Incorreta. Dentre as atribuições gerais encontramos: X - pactuar ações conjuntas com outros atores envolvidos na atenção integral às urgências, como a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária, os Departamentos de Trânsito, as Concessionárias de Rodovias, as Empresas Privadas de Transporte e Atendimento de Urgência, entre outros.

Alternativa C: Incorreta. A pactuação de ações conjuntas com órgãos como Defesa Civil e Polícia Rodoviária está expressamente prevista nas atribuições da Central, sendo obrigatória e essencial para a integralidade da atenção às urgências.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **FARMACÊUTICO**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Problematizar a questão da fuga de cérebros, defendendo a necessidade de políticas públicas para a retenção de talentos.

Esse item reflete uma abordagem crítica e reflexiva sobre o fenômeno da "fuga de cérebros", destacando a importância de criar e fortalecer políticas públicas que incentivem os cientistas a permanecerem no país, evitando a perda de talentos para o exterior.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

A ambiguidade no trecho decorre da posição da expressão "perto de", que pode gerar duas interpretações:

Perto de alcançarem os 40 anos (idade): sentido mais provável, indicando que os cientistas estão se aproximando dos 40 anos.

Perto de alcançarem os 40 anos sem vínculo formal: pode ser interpretado erroneamente como se “alcançar os 40 anos sem vínculo” fosse um marco, o que causa confusão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

A charge mostra cientistas usando instrumentos como lupas ou microscópios para tentar encontrar verbas — uma crítica irônica à escassez de financiamento. O humor está justamente na ideia de que os recursos são tão pequenos ou inexistentes que só poderiam ser vistos com equipamentos científicos de precisão, destacando a gravidade da situação de forma crítica e visual.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com precisão os múltiplos requisitos exigidos cumulativamente pela legislação cearense:

A entidade deve possuir ato constitutivo registrado, com cláusulas que garantam: natureza não lucrativa, reinvestimento dos excedentes financeiros, existência de conselho de administração e diretoria, participação de representantes do Estado e da sociedade no colegiado superior, previsão de reversão de patrimônio em caso de extinção ou desqualificação, e publicação anual de relatórios financeiros e de execução contratual. Além disso, exige-se aprovação expressa da Secretaria de Estado da área de atuação da entidade e da Secretaria do Planejamento e Gestão, quanto à conveniência e oportunidade da qualificação. A alternativa está inteiramente conforme o texto legal.

- Alternativa B (Incorreta): A qualificação não é automática. A legislação exige a comprovação de regularidade jurídica e a inserção de cláusulas estatutárias específicas (inclusive de controle interno e patrimonial). A existência de plano de metas ou regularidade fiscal não substitui os requisitos estatutários e formais.

- Alternativa C (Incorreta): A legislação veda expressamente a distribuição de bens, patrimônio ou excedentes financeiros entre membros da entidade, inclusive em caso de desligamento, falecimento ou retirada (art. 2º, I, "h"). O contrato de gestão não pode contrariar essa proibição, sendo esta cláusula obrigatória no estatuto para a qualificação.

- Alternativa D (Incorreta): O art. 2º exige, de forma expressa, que o estatuto da entidade disponha sobre sua estrutura organizacional e regras de governança, incluindo órgãos deliberativos, de controle e de direção, bem como a destinação do patrimônio em caso de desqualificação ou extinção. Compromissos abstratos com princípios administrativos são insuficientes para fins de qualificação.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (Estado do Ceará): Art. 2º, incisos I e II – Estabelece os requisitos específicos para habilitação à qualificação como organização social, incluindo disposições estatutárias obrigatórias, vedação à distribuição de patrimônio, exigência de publicação de relatórios e aprovação pelas Secretarias competentes.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 37, caput):

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que informam o regime das parcerias com organizações sociais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Incorreta): A função do Conselho Fiscal não compreende a substituição da Diretoria, nem o exercício de gestão estratégica ou tomada de decisões operacionais. Sua atuação é fiscalizatória, e não executiva. Ademais, embora possa acompanhar indiretamente o cumprimento do contrato de gestão, não é sua competência central definir ou monitorar indicadores de desempenho.

- Alternativa B (Correta): Essa alternativa reflete fielmente o conjunto de competências previstas no art. 6º da Lei nº 12.781/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.408/2013: Emitir pareceres sobre relatórios mensais e anuais da Diretoria; Analisar documentos contábeis e gerenciais; Fiscalizar a execução financeira, com direito de acesso a registros internos e requisição de informações; Pronunciar-se sobre assuntos submetidos pela Diretoria ou Conselho de Administração; Manifestar-se formalmente sobre denúncias encaminhadas pela sociedade civil; E, por fim, exercer outras atribuições correlatas, conforme a legislação ou o estatuto da entidade.

A alternativa está tecnicamente precisa e plenamente aderente à norma legal.

- Alternativa C (Incorreta): A competência do Conselho Fiscal não se limita ao balanço patrimonial, tampouco é restrita à análise anual. A lei expressamente autoriza sua atuação mensal, sobre atividades gerenciais e operacionais, e em relação a denúncias, o que amplia significativamente seu escopo funcional.

- Alternativa D (Incorreta): Embora possa atuar a partir de solicitações da Diretoria ou do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal também possui competência própria e autônoma, podendo agir de ofício dentro dos limites da lei e do estatuto, inclusive sobre matérias encaminhadas pela sociedade civil.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (CE), art. 6º, com redação da Lei nº 15.408/2013:

Define que compete ao Conselho Fiscal:

Analisar balancetes e relatórios mensais;

Examinar relatórios de atividades e demonstrações financeiras anuais;

Requisitar documentos e informações;

Manifestar-se sobre denúncias recebidas da sociedade;

Exercer funções correlatas atribuídas pelo estatuto ou por legislação complementar.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com exatidão o conteúdo do art. 16 e §1º da Lei nº 9.637/1998, que condiciona a desqualificação da organização social ao processo administrativo prévio, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e estabelece que os dirigentes respondem individual e solidariamente pelos prejuízos causados por ação ou omissão. Trata-se de regra de natureza sancionatória com respaldo no princípio do devido processo legal.
- Alternativa B (Incorreta): Embora a ineficiência na prestação dos serviços possa justificar a desqualificação, a lei exige procedimento administrativo prévio e garantias processuais, não sendo cabível decisão unilateral e imediata do Executivo sem contraditório. A alternativa viola frontalmente o §1º do art. 16.
- Alternativa C (Incorreta): A desqualificação como organização social não implica extinção da entidade privada, tampouco interfere diretamente em sua personalidade jurídica, que permanece intacta. O que se extingue é o vínculo qualificado com o Estado e as prerrogativas legais decorrentes dessa qualificação.
- Alternativa D (Incorreta): A reversão patrimonial dos bens públicos permitidos ou valores transferidos é expressamente prevista no §2º do art. 16, independentemente de uso prolongado. A alegação de incorporação por uso não afasta o dever de devolução, uma vez que tais bens mantêm sua natureza pública e apenas estavam sob uso autorizado.

Fundamentação Legal

- Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais):

Art. 16, caput: A desqualificação exige descumprimento contratual.

§1º: Deve ser precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

§2º: Implica reversão dos bens e valores públicos entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 5º, incisos LIV e LV):

Garantia do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

A nutrição enteral é um método de prover suporte nutricional por intermédio de tubos inseridos no estômago ou no intestino delgado.

É recomendada para pacientes com incapacidade ou dificuldade de ingerir nutrientes pela boca.

A nutrição enteral pode ser utilizada para nutrição total, para nutrição suplementar ou como uma fase transitória aos pacientes que estão saindo de uma nutrição parenteral.

A nutrição enteral leva em consideração as necessidades calóricas do paciente e sua necessidade de proteínas, carboidratos e gorduras, vitaminas e minerais, fibras dietéticas, eletrólitos e fluidos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

1. Cálculo do GEB (usando Harris-Benedict para homens):

$$\text{GEB} = 66 + (14 \times 100) + (5 \times 180) - (7 \times 50)$$

$$\text{GEB} = 66 + 1400 + 900 - 350$$

$$\text{GEB} = 2016 \text{ kcal/dia}$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

Fase II - Os objetivos nesta fase visam demonstrar a atividade e estabelecer a segurança a curto prazo do princípio ativo em pacientes afetados por uma determinada enfermidade ou condição patológica.

Fase III - Exploram-se nesta fase o tipo e perfil das reações adversas mais frequentes, assim como características especiais do medicamento e/ou especialidade medicinal, por exemplo: interações clinicamente relevantes, principais fatores modificadores do efeito, tais como idade, raça etc.

Fase I Nesta fase, as pesquisas se propõem a estabelecer uma evolução preliminar da segurança e do perfil farmacocinético e, quando possível, um perfil farmacodinâmico.

Fase IV - Nesta fase, as pesquisas são executadas com base nas características com que foi autorizado o medicamento e/ou especialidade medicinal.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

A dose efetiva média de um fármaco é a quantidade que produz a intensidade desejada de efeito terapêutico em 50% dos indivíduos testados. A dose tóxica média de um fármaco é a quantidade que produz efeitos tóxicos em 50% dos indivíduos testados. Os fármacos que devem produzir efeitos sistêmicos devem ser absorvidos ou administrados diretamente na corrente sanguínea e devem ser distribuídos em concentrações adequadas para os sítios de ação celulares.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

A maioria dos agentes quimioterápicos age destruindo as células tumorais por meio de seu efeito na síntese ou função do DNA.⁸ As principais categorias de agentes de quimioterápicos incluem agentes alquilantes, antimetabólicos, alcalóides, antibióticos antitumorais e esteróides hormonais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

Pode empregar um ou mais fármacos com regimes terapêuticos ou protocolos bem estabelecidos ou pode empregar fármacos experimentais, como parte de um teste clínico.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

Meia-vida ($t_{1/2}$) é o tempo que é preciso para que a quantidade do fármaco diminua pela metade durante a eliminação (ou durante uma infusão constante). Situações de morbidez podem afetar ambos os parâmetros farmacocinéticos primários relacionados de forma fisiológica: o volume de distribuição e a depuração.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

O grau de inibição produzido por um antagonista competitivo depende da concentração do antagonista. O propranolol, antagonista competitivo de β -adrenoceptor, representa um exemplo útil. Os pacientes que recebem uma dose fixa desse fármaco exibem uma variação ampla de concentrações plasmáticas, devido a diferenças individuais na depuração do propranolol. Em consequência, os efeitos inibidores sobre respostas fisiológicas à norepinefrina e epinefrina (agonistas endógenos de receptores adrenérgicos) variam bastante, e a dose do propranolol deve ser ajustada de acordo com essa variação.

A resposta clínica a um antagonista competitivo depende da concentração do agonista que compete pela ligação a receptores. Novamente, o propranolol provê um exemplo útil: quando é administrado em doses moderadas suficientes para bloquear o efeito de níveis basais do neurotransmissor norepinefrina, a frequência cardíaca em repouso diminui. Contudo, o aumento na liberação de norepinefrina e epinefrina que ocorre com o exercício, alterações posturais ou estresse emocional pode ser suficiente para suplantar esse antagonismo competitivo. Em conformidade, a mesma dose de propranolol pode ter pouco efeito nessas condições, assim alterando a resposta terapêutica.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

Quando usado em pacientes com grave comprometimento renal, o manitol administrado por via parenteral não pode ser excretado e é retido no sangue. Isso provoca a retirada osmótica de água das células, com consequente hiponatremia.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Ligam-se a subunidades específicas do receptor GABAA em sinapses neuronais do SNC, facilitando a frequência de abertura dos canais iônicos de cloreto mediados pelo GABA - aumento da hiperpolarização da membrana, como: Alprazolam e Fenobarbital.

Ligam-se seletivamente a um subgrupo de receptores GABAA, atuando como os benzodiazepínicos, com aumento da hiperpolarização da membrana, como o Zolpidem. Antagonista nos sítios de ligação do receptor GABAA para benzodiazepínicos, como o Flumazenil.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **039 – FARMACÊUTICO - APS**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Problematizar a questão da fuga de cérebros, defendendo a necessidade de políticas públicas para a retenção de talentos.

Esse item reflete uma abordagem crítica e reflexiva sobre o fenômeno da "fuga de cérebros", destacando a importância de criar e fortalecer políticas públicas que incentivem os cientistas a permanecerem no país, evitando a perda de talentos para o exterior.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

d) A falta de investimento em ciência e tecnologia é um dos principais motivos da fuga de cérebros.

A única alternativa correta, fala sobre uma análise comum em textos que tratam da "fuga de cérebros", apontando que muitos pesquisadores deixam o país em busca de melhores condições de trabalho, financiamento e reconhecimento, o que geralmente está relacionado à escassez de investimentos na área de ciência e tecnologia no Brasil.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

A ambiguidade no trecho decorre da posição da expressão "perto de", que pode gerar duas interpretações:

Perto de alcançarem os 40 anos (idade): sentido mais provável, indicando que os cientistas estão se aproximando dos 40 anos.

Perto de alcançarem os 40 anos sem vínculo formal: pode ser interpretado erroneamente como se "alcançar os 40 anos sem vínculo" fosse um marco, o que causa confusão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

A charge mostra cientistas usando instrumentos como lupas ou microscópios para tentar encontrar verbas — uma crítica irônica à escassez de financiamento. O humor está justamente na ideia de que os recursos são tão pequenos ou inexistentes que só poderiam ser vistos com equipamentos científicos de precisão, destacando a gravidade da situação de forma crítica e visual.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

A progressão temática do texto ocorre por meio da apresentação de motivos (como a falta de investimento e apoio à pesquisa) que levam os cientistas a deixar o país, seguidos das consequências desse fenômeno (como o enfraquecimento da produção científica nacional). Essa estrutura causal é comum em textos que abordam a "fuga de cérebros", pois ajuda o leitor a compreender tanto o problema quanto seus impactos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com precisão os múltiplos requisitos exigidos cumulativamente pela legislação cearense:

A entidade deve possuir ato constitutivo registrado, com cláusulas que garantam: natureza não lucrativa, reinvestimento dos excedentes financeiros, existência de conselho de administração e diretoria, participação de representantes do Estado e da sociedade no colegiado superior, previsão de reversão de patrimônio em caso de extinção ou desqualificação, e publicação anual de relatórios financeiros e de execução contratual. Além disso, exige-se aprovação expressa da Secretaria de Estado da área de atuação da entidade e da Secretaria do Planejamento e Gestão, quanto à conveniência e oportunidade da qualificação. A alternativa está inteiramente conforme o texto legal.

- Alternativa B (Incorreta): A qualificação não é automática. A legislação exige a comprovação de regularidade jurídica e a inserção de cláusulas estatutárias específicas (inclusive de controle interno e patrimonial). A existência de plano de metas ou regularidade fiscal não substitui os requisitos estatutários e formais.

- Alternativa C (Incorreta): A legislação veda expressamente a distribuição de bens, patrimônio ou excedentes financeiros entre membros da entidade, inclusive em caso de desligamento, falecimento ou retirada (art. 2º, I, "h"). O contrato de gestão não pode contrariar essa proibição, sendo esta cláusula obrigatória no estatuto para a qualificação.

- Alternativa D (Incorreta): O art. 2º exige, de forma expressa, que o estatuto da entidade disponha sobre sua estrutura organizacional e regras de governança, incluindo órgãos deliberativos, de controle e de direção, bem como a destinação do patrimônio em caso de desqualificação ou extinção. Compromissos abstratos com princípios administrativos são insuficientes para fins de qualificação.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (Estado do Ceará): Art. 2º, incisos I e II – Estabelece os requisitos específicos para habilitação à qualificação como organização social, incluindo disposições estatutárias obrigatórias, vedação à distribuição de patrimônio, exigência de publicação de relatórios e aprovação pelas Secretarias competentes.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 37, caput):

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que informam o regime das parcerias com organizações sociais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com exatidão o conteúdo do art. 16 e §1º da Lei nº 9.637/1998, que condiciona a desqualificação da organização social ao processo administrativo prévio, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e estabelece que os dirigentes respondem individual e solidariamente pelos prejuízos causados por ação ou omissão. Trata-se de regra de natureza sancionatória com respaldo no princípio do devido processo legal.
- Alternativa B (Incorreta): Embora a ineficiência na prestação dos serviços possa justificar a desqualificação, a lei exige procedimento administrativo prévio e garantias processuais, não sendo cabível decisão unilateral e imediata do Executivo sem contraditório. A alternativa viola frontalmente o §1º do art. 16.
- Alternativa C (Incorreta): A desqualificação como organização social não implica extinção da entidade privada, tampouco interfere diretamente em sua personalidade jurídica, que permanece intacta. O que se extingue é o vínculo qualificado com o Estado e as prerrogativas legais decorrentes dessa qualificação.
- Alternativa D (Incorreta): A reversão patrimonial dos bens públicos permitidos ou valores transferidos é expressamente prevista no §2º do art. 16, independentemente de uso prolongado. A alegação de incorporação por uso não afasta o dever de devolução, uma vez que tais bens mantêm sua natureza pública e apenas estavam sob uso autorizado.

Fundamentação Legal

- Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais):

Art. 16, caput: A desqualificação exige descumprimento contratual.

§1º: Deve ser precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

§2º: Implica reversão dos bens e valores públicos entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 5º, incisos LIV e LV):

Garantia do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

A nutrição enteral é um método de prover suporte nutricional por intermédio de tubos inseridos no estômago ou no intestino delgado.

É recomendada para pacientes com incapacidade ou dificuldade de ingerir nutrientes pela boca.

A nutrição enteral pode ser utilizada para nutrição total, para nutrição suplementar ou como uma fase transitória aos pacientes que estão saindo de uma nutrição parenteral.

A nutrição enteral leva em consideração as necessidades calóricas do paciente e sua necessidade de proteínas, carboidratos e gorduras, vitaminas e minerais, fibras dietéticas, eletrólitos e fluidos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

1. Cálculo do GEB (usando Harris-Benedict para homens):

$$\text{GEB} = 66 + (14 \times 100) + (5 \times 180) - (7 \times 50)$$

$$\text{GEB} = 66 + 1400 + 900 - 350$$

$$\text{GEB} = 2016 \text{ kcal/dia}$$

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

Definir, em cooperação com a Comissão de Farmácia e Terapêutica, política de utilização de antimicrobianos, germicidas e materiais médico-hospitalares para a instituição.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

Fase II - Os objetivos nesta fase visam demonstrar a atividade e estabelecer a segurança a curto prazo do princípio ativo em pacientes afetados por uma determinada enfermidade ou condição patológica.

Fase III - Exploram-se nesta fase o tipo e perfil das reações adversas mais frequentes, assim como características especiais do medicamento e/ou especialidade medicinal, por exemplo: interações clinicamente relevantes, principais fatores modificadores do efeito, tais como idade, raça etc.

Fase I Nesta fase, as pesquisas se propõem a estabelecer uma evolução preliminar da segurança e do perfil farmacocinético e, quando possível, um perfil farmacodinâmico.

Fase IV - Nesta fase, as pesquisas são executadas com base nas características com que foi autorizado o medicamento e/ou especialidade medicinal.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

$$96 \times V_1 = 70 \times V_2$$

Sabemos que temos 300 mL de álcool 96%, então: $96 \times 300 = 70 \times V_2$? 28.800 = 70 × V2 ?

$$V_2 = 28.800 / 70 \approx 411,43 \text{ mL Ou } 0,41143 \text{ L}$$

$$\text{Água adicionada} = V_2 - V_1 = 411,43 - 300 = 111,43 \text{ mL}$$

Como ele tinha 3 frascos de 100 mL = 300 mL de água destilada disponíveis, ele conseguiu sim produzir os 411,43 mL de álcool a 70%.

Para isso, ele precisou de apenas 111,43 mL de água, ou seja, usou 2 frascos de 100 mL, totalizando 200 mL disponíveis, e usou só uma parte do segundo frasco.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

A dose efetiva média de um fármaco é a quantidade que produz a intensidade desejada de efeito terapêutico em 50% dos indivíduos testados. A dose tóxica média de um fármaco é a quantidade que produz efeitos tóxicos em 50% dos indivíduos testados. Os fármacos que devem produzir efeitos sistêmicos devem ser absorvidos ou administrados diretamente na corrente sanguínea e devem ser distribuídos em concentrações adequadas para os sítios de ação celulares.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

A maioria dos agentes quimioterápicos age destruindo as células tumorais por meio de seu efeito na síntese ou função do DNA.⁸ As principais categorias de agentes de quimioterápicos incluem agentes alquilantes, antimetabólicos, alcalóides, antibióticos antitumorais e esteróides hormonais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

Pode empregar um ou mais fármacos com regimes terapêuticos ou protocolos bem estabelecidos ou pode empregar fármacos experimentais, como parte de um teste clínico.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Ligam-se a subunidades específicas do receptor GABAA em sinapses neuronais do SNC, facilitando a frequência de abertura dos canais iônicos de cloreto mediados pelo GABA - aumento da hiperpolarização da membrana, como: Alprazolam e Fenobarbital.

Ligam-se seletivamente a um subgrupo de receptores GABAA, atuando como os benzodiazepínicos, com aumento da hiperpolarização da membrana, como o Zolpidem. Antagonista nos sítios de ligação do receptor GABAA para benzodiazepínicos, como o Flumazenil.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **041 – FISIOTERAPEUTA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Problematizar a questão da fuga de cérebros, defendendo a necessidade de políticas públicas para a retenção de talentos.

Esse item reflete uma abordagem crítica e reflexiva sobre o fenômeno da "fuga de cérebros", destacando a importância de criar e fortalecer políticas públicas que incentivem os cientistas a permanecerem no país, evitando a perda de talentos para o exterior.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

d) A falta de investimento em ciência e tecnologia é um dos principais motivos da fuga de cérebros.

A única alternativa correta, fala sobre uma análise comum em textos que tratam da "fuga de cérebros", apontando que muitos pesquisadores deixam o país em busca de melhores condições de trabalho, financiamento e reconhecimento, o que geralmente está relacionado à escassez de investimentos na área de ciência e tecnologia no Brasil.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

A ambiguidade no trecho decorre da posição da expressão "perto de", que pode gerar duas interpretações:

Perto de alcançarem os 40 anos (idade): sentido mais provável, indicando que os cientistas estão se aproximando dos 40 anos.

Perto de alcançarem os 40 anos sem vínculo formal: pode ser interpretado erroneamente como se "alcançar os 40 anos sem vínculo" fosse um marco, o que causa confusão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

A progressão temática do texto ocorre por meio da apresentação de motivos (como a falta de investimento e apoio à pesquisa) que levam os cientistas a deixar o país, seguidos das consequências desse fenômeno (como o enfraquecimento da produção científica nacional). Essa estrutura causal é comum em textos que abordam a "fuga de cérebros", pois ajuda o leitor a compreender tanto o problema quanto seus impactos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com precisão os múltiplos requisitos exigidos cumulativamente pela legislação cearense:

A entidade deve possuir ato constitutivo registrado, com cláusulas que garantam: natureza não lucrativa, reinvestimento dos excedentes financeiros, existência de conselho de administração e diretoria, participação de representantes do Estado e da sociedade no colegiado superior, previsão de reversão de patrimônio em caso de extinção ou desqualificação, e publicação anual de relatórios financeiros e de execução contratual. Além disso, exige-se aprovação expressa da Secretaria de Estado da área de atuação da entidade e da Secretaria do Planejamento e Gestão, quanto à conveniência e oportunidade da qualificação. A alternativa está inteiramente conforme o texto legal.

- Alternativa B (Incorreta): A qualificação não é automática. A legislação exige a comprovação de regularidade jurídica e a inserção de cláusulas estatutárias específicas (inclusive de controle interno e patrimonial). A existência de plano de metas ou regularidade fiscal não substitui os requisitos estatutários e formais.

- Alternativa C (Incorreta): A legislação veda expressamente a distribuição de bens, patrimônio ou excedentes financeiros entre membros da entidade, inclusive em caso de desligamento, falecimento ou retirada (art. 2º, I, "h"). O contrato de gestão não pode contrariar essa proibição, sendo esta cláusula obrigatória no estatuto para a qualificação.

- Alternativa D (Incorreta): O art. 2º exige, de forma expressa, que o estatuto da entidade disponha sobre sua estrutura organizacional e regras de governança, incluindo órgãos deliberativos, de controle e de direção, bem como a destinação do patrimônio em caso de desqualificação ou extinção. Compromissos abstratos com princípios administrativos são insuficientes para fins de qualificação.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (Estado do Ceará): Art. 2º, incisos I e II – Estabelece os requisitos específicos para habilitação à qualificação como organização social, incluindo disposições estatutárias obrigatórias, vedação à distribuição de patrimônio, exigência de publicação de relatórios e aprovação pelas Secretarias competentes.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 37, caput):

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que informam o regime das parcerias com organizações sociais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Incorreta): A função do Conselho Fiscal não compreende a substituição da Diretoria, nem o exercício de gestão estratégica ou tomada de decisões operacionais. Sua atuação é fiscalizatória, e não executiva. Ademais, embora possa acompanhar indiretamente o cumprimento do contrato de gestão, não é sua competência central definir ou monitorar indicadores de desempenho.

- Alternativa B (Correta): Essa alternativa reflete fielmente o conjunto de competências previstas no art. 6º da Lei nº 12.781/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.408/2013: Emitir pareceres sobre relatórios mensais e anuais da Diretoria; Analisar documentos contábeis e gerenciais; Fiscalizar a execução financeira, com direito de acesso a registros internos e requisição de informações; Pronunciar-se sobre assuntos submetidos pela Diretoria ou Conselho de Administração; Manifestar-se formalmente sobre denúncias encaminhadas pela sociedade civil; E, por fim, exercer outras atribuições correlatas, conforme a legislação ou o estatuto da entidade.

A alternativa está tecnicamente precisa e plenamente aderente à norma legal.

- Alternativa C (Incorreta): A competência do Conselho Fiscal não se limita ao balanço patrimonial, tampouco é restrita à análise anual. A lei expressamente autoriza sua atuação mensal, sobre atividades gerenciais e operacionais, e em relação a denúncias, o que amplia significativamente seu escopo funcional.

- Alternativa D (Incorreta): Embora possa atuar a partir de solicitações da Diretoria ou do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal também possui competência própria e autônoma, podendo agir de ofício dentro dos limites da lei e do estatuto, inclusive sobre matérias encaminhadas pela sociedade civil.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (CE), art. 6º, com redação da Lei nº 15.408/2013:

Define que compete ao Conselho Fiscal:

Analisar balancetes e relatórios mensais;

Examinar relatórios de atividades e demonstrações financeiras anuais;

Requisitar documentos e informações;

Manifestar-se sobre denúncias recebidas da sociedade;

Exercer funções correlatas atribuídas pelo estatuto ou por legislação complementar.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com exatidão o conteúdo do art. 16 e §1º da Lei nº 9.637/1998, que condiciona a desqualificação da organização social ao processo administrativo prévio, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e estabelece que os dirigentes respondem individual e solidariamente pelos prejuízos causados por ação ou omissão. Trata-se de regra de natureza sancionatória com respaldo no princípio do devido processo legal.
- Alternativa B (Incorreta): Embora a ineficiência na prestação dos serviços possa justificar a desqualificação, a lei exige procedimento administrativo prévio e garantias processuais, não sendo cabível decisão unilateral e imediata do Executivo sem contraditório. A alternativa viola frontalmente o §1º do art. 16.
- Alternativa C (Incorreta): A desqualificação como organização social não implica extinção da entidade privada, tampouco interfere diretamente em sua personalidade jurídica, que permanece intacta. O que se extingue é o vínculo qualificado com o Estado e as prerrogativas legais decorrentes dessa qualificação.
- Alternativa D (Incorreta): A reversão patrimonial dos bens públicos permitidos ou valores transferidos é expressamente prevista no §2º do art. 16, independentemente de uso prolongado. A alegação de incorporação por uso não afasta o dever de devolução, uma vez que tais bens mantêm sua natureza pública e apenas estavam sob uso autorizado.

Fundamentação Legal

- Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais):

Art. 16, caput: A desqualificação exige descumprimento contratual.

§1º: Deve ser precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

§2º: Implica reversão dos bens e valores públicos entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 5º, incisos LIV e LV):

Garantia do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Tromboangeíte obliterante (doença de Buerger): a inflamação resulta em oclusão arterial e isquemia tecidual, especialmente em jovens fumantes do sexo masculino.

Doença de Raynaud: doença vasomotora das pequenas artérias e arteríolas geralmente caracterizada por palidez e cianose dos dedos. Em alguns casos, pode afetar tanto as mãos quanto os pés.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA (Formato ABNT):

O’SULLIVAN, Susan B.; SCHMITZ, Thomas J.; FULK, George D. Fisioterapia: avaliação e tratamento 6a ed. Editora Manole, 2018. Cap.15, pág.656.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 17

Improcedem as alegações do recorrente.

Além dos cuidados adequados com a ferida, é imperativo que se trate a causa subjacente da pressão. As feridas não se fecham e não cicatrizam, a menos que a redução da pressão e a prevenção de futuros colapsos da pele sejam prioridades máximas previstas no plano de intervenção.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA (Formato ABNT):

O’SULLIVAN, Susan B.; SCHMITZ, Thomas J.; FULK, George D. Fisioterapia: avaliação e tratamento 6a ed. Editora Manole, 2018. Cap.15, pág.663.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

A amputação de Lisfranc, também chamada de amputação tarsometatarsiana, caracteriza-se pela desarticulação entre os metatarsianos e os ossos cuboide e cuneiforme.

A amputação de Chopart é um tipo de amputação em que é feita uma desarticulação, realizada entre os ossos navicular e cuboide com o tálus e o calcâneo, respectivamente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA (Formato ABNT):

VASCONCELOS, Gabriela S.; MATIELLO, Aline A. Órtese e prótese. Grupo A, 2020. Pag.59

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

O profissional deve orientar o paciente com amputações de membros inferiores a manter as articulações de quadril e ou de joelho sempre neutras, não fornecendo apoios em regiões que possam posicionar o membro em flexão, uma vez que predisõem o aparecimento de contraturas ou deformidades a longo prazo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA (Formato ABNT):

VASCONCELOS, Gabriela S.; MATIELLO, Aline A. Órtese e prótese. Grupo A, 2020. Pag.64

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

A amputação de tornozelo do tipo Syme permite uma descarga distal sobre o coto, e a presença de espaço entre o coto e o solo possibilita a colocação de uma prótese com pé mecânico. Além disso, esse nível de amputação é bastante utilizado, por se tratar de um procedimento cirúrgico relativamente fácil, o qual proporciona ao paciente um coto longo e com possibilidade de descarga de peso adequada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA (Formato ABNT):

VASCONCELOS, Gabriela S.; MATIELLO, Aline A. Órtese e prótese. Grupo A, 2020. Pag.59

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Procedem as alegações do recorrente.

De fato, a questão apresenta erro material. Dessa forma a mesma será anulada.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

Existem diversos fatores que podem determinar o aparecimento da LER/DORT: movimentos repetitivos, postura inadequada, trabalho estático e esforço físico excessivo. A melhor forma de tratar esse tipo de doença é evitar seu aparecimento, portanto, as empresas devem investir em práticas de prevenção. Para que possamos prevenir os efeitos adversos de posturas inadequadas, pontuamos alguns dos efeitos de diferentes posturas e movimentos no corpo humano:

1. Em pé: envolve o trabalho das pernas e dos pés, podendo levar a problemas circulatórios.
2. Sentado (sem encosto): sobrecarga dos músculos das costas.
3. Assento muito alto: afeta pernas, joelhos e pés.
4. Assento muito baixo: afeta pescoço e ombro.
5. Braços esticados: afeta ombros e braços.
6. Pegas inadequadas: perigo de lesão do antebraço.
7. Punho em posição não neutra: lesão nos punhos.
8. Rotações no corpo: danos na coluna.

REFERÊNCIA: Ana Caroline Gili Shiguemoto. Ergonomia.– Londrina – PR : Editora e distribuição Educacional S.A, 2019. ISBN: 978-85-525-1592-9.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001, representa uma mudança paradigmática na forma de compreender a saúde, ao adotar o modelo biopsicossocial em substituição ao modelo biomédico exclusivo. Esse referencial amplia o olhar sobre os indivíduos, ao considerar não apenas as doenças ou suas causas, mas também como essas condições impactam a funcionalidade e a participação social em interação com fatores ambientais e pessoais. A CIF permite descrever a funcionalidade humana em múltiplas dimensões — funções e estruturas do corpo, atividades, participação e fatores contextuais —, sendo amplamente utilizada como instrumento técnico-normativo em políticas públicas, práticas clínicas, ensino, pesquisa e gestão em saúde. Além disso, a CIF oferece uma linguagem universal, padronizada, neutra e não discriminatória, favorecendo a comunicação entre disciplinas, setores e países. Complementar à Classificação Internacional de Doenças (CID), que trata da etiologia e diagnóstico das enfermidades, a CIF foca nos impactos das condições de saúde sobre a vida cotidiana dos indivíduos, sendo especialmente útil em ações de reabilitação e inclusão.

Fonte: BARRETO, Marina Carvalho Arruda; ANDRADE, Fernanda Guimarães; CASTANEDA, Luciana; CASTRO, Shamyry Sulyvan. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) como dicionário unificador de termos. *Acta Fisiátrica*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 207–213, 2021. DOI: 10.11606/issn.2317-0190.v28i3a188487. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/188487..>

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

O teste de Hook é o mais indicado no cenário apresentado pelo caso clínico. As demais alternativas são erradas pois os testes avaliam outros desfechos, são eles: Teste de Cozen: Avalia epicondilite lateral (cotovelo do tenista). Teste de Adson: Usado na avaliação da síndrome do desfiladeiro torácico. Teste de Wiclaff: Não é um teste ortopédico reconhecido na literatura (teste inexistente). Teste de Lachman: Avalia a integridade do ligamento cruzado anterior (LCA) do joelho.

Fonte: LOPES, Felipe Augusto Rozales; MAÇANEIRO, Carlos Henrique; BATISTA, Bruna Mariah Martins (org.). Manual ilustrado do exame ortopédico [recurso eletrônico]. Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2021.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **042 – NUTRICIONISTA**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

d) Problematizar a questão da fuga de cérebros, defendendo a necessidade de políticas públicas para a retenção de talentos.

Esse item reflete uma abordagem crítica e reflexiva sobre o fenômeno da "fuga de cérebros", destacando a importância de criar e fortalecer políticas públicas que incentivem os cientistas a permanecerem no país, evitando a perda de talentos para o exterior.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

A charge mostra cientistas usando instrumentos como lupas ou microscópios para tentar encontrar verbas — uma crítica irônica à escassez de financiamento. O humor está justamente na ideia de que os recursos são tão pequenos ou inexistentes que só poderiam ser vistos com equipamentos científicos de precisão, destacando a gravidade da situação de forma crítica e visual.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

A progressão temática do texto ocorre por meio da apresentação de motivos (como a falta de investimento e apoio à pesquisa) que levam os cientistas a deixar o país, seguidos das consequências desse fenômeno (como o enfraquecimento da produção científica nacional). Essa estrutura causal é comum em textos que abordam a "fuga de cérebros", pois ajuda o leitor a compreender tanto o problema quanto seus impactos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com precisão os múltiplos requisitos exigidos cumulativamente pela legislação cearense:

A entidade deve possuir ato constitutivo registrado, com cláusulas que garantam: natureza não lucrativa, reinvestimento dos excedentes financeiros, existência de conselho de administração e diretoria, participação de representantes do Estado e da sociedade no colegiado superior, previsão de reversão de patrimônio em caso de extinção ou desqualificação, e publicação anual de relatórios financeiros e de execução contratual. Além disso, exige-se aprovação expressa da Secretaria de Estado da área de atuação da entidade e da Secretaria do Planejamento e Gestão, quanto à conveniência e oportunidade da qualificação. A alternativa está inteiramente conforme o texto legal.

- Alternativa B (Incorreta): A qualificação não é automática. A legislação exige a comprovação de regularidade jurídica e a inserção de cláusulas estatutárias específicas (inclusive de controle interno e patrimonial). A existência de plano de metas ou regularidade fiscal não substitui os requisitos estatutários e formais.

- Alternativa C (Incorreta): A legislação veda expressamente a distribuição de bens, patrimônio ou excedentes financeiros entre membros da entidade, inclusive em caso de desligamento, falecimento ou retirada (art. 2º, I, "h"). O contrato de gestão não pode contrariar essa proibição, sendo esta cláusula obrigatória no estatuto para a qualificação.

- Alternativa D (Incorreta): O art. 2º exige, de forma expressa, que o estatuto da entidade disponha sobre sua estrutura organizacional e regras de governança, incluindo órgãos deliberativos, de controle e de direção, bem como a destinação do patrimônio em caso de desqualificação ou extinção. Compromissos abstratos com princípios administrativos são insuficientes para fins de qualificação.

Fundamentação Legal

- Lei nº 12.781/1997 (Estado do Ceará): Art. 2º, incisos I e II – Estabelece os requisitos específicos para habilitação à qualificação como organização social, incluindo disposições estatutárias obrigatórias, vedação à distribuição de patrimônio, exigência de publicação de relatórios e aprovação pelas Secretarias competentes.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 37, caput):

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que informam o regime das parcerias com organizações sociais.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com exatidão o conteúdo do art. 16 e §1º da Lei nº 9.637/1998, que condiciona a desqualificação da organização social ao processo administrativo prévio, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e estabelece que os dirigentes respondem individual e solidariamente pelos prejuízos causados por ação ou omissão. Trata-se de regra de natureza sancionatória com respaldo no princípio do devido processo legal.
- Alternativa B (Incorreta): Embora a ineficiência na prestação dos serviços possa justificar a desqualificação, a lei exige procedimento administrativo prévio e garantias processuais, não sendo cabível decisão unilateral e imediata do Executivo sem contraditório. A alternativa viola frontalmente o §1º do art. 16.
- Alternativa C (Incorreta): A desqualificação como organização social não implica extinção da entidade privada, tampouco interfere diretamente em sua personalidade jurídica, que permanece intacta. O que se extingue é o vínculo qualificado com o Estado e as prerrogativas legais decorrentes dessa qualificação.
- Alternativa D (Incorreta): A reversão patrimonial dos bens públicos permitidos ou valores transferidos é expressamente prevista no §2º do art. 16, independentemente de uso prolongado. A alegação de incorporação por uso não afasta o dever de devolução, uma vez que tais bens mantêm sua natureza pública e apenas estavam sob uso autorizado.

Fundamentação Legal

- Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais):

Art. 16, caput: A desqualificação exige descumprimento contratual.

§1º: Deve ser precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

§2º: Implica reversão dos bens e valores públicos entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 5º, incisos LIV e LV):

Garantia do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

MUSSOI, Thiago D. Avaliação Nutricional na Prática Clínica: Da Gestação ao Envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2023. E-book. p.290. ISBN 9788527739412.

No estado de desidratação ocorre uma concentração dos solutos plasmáticos, como a albumina, podendo levar a uma elevação dos níveis séricos de proteínas, e não à sua redução.

Por outro lado, as demais condições apresentadas — como desnutrição, estado catabólico intenso, hemodiluição e edema/anasarca — estão todas associadas a mecanismos fisiopatológicos que favorecem a diminuição da albumina plasmática.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa D está incorreta por atribuir aos carboidratos funções que pertencem aos lipídios e proteínas. A estabilidade estrutural das membranas celulares é garantida pelos fosfolipídios, e a regulação da expressão gênica ocorre por meio de proteínas reguladoras e hormônios, não sendo funções típicas dos carboidratos. As demais alternativas descrevem corretamente funções dos carboidratos, como fornecimento e armazenamento de energia e manutenção da glicemia.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa C está incorreta, pois a suplementação de glutamina não é recomendada para pacientes hipercatabólicos com injúria renal aguda (IRA), conforme as diretrizes atuais. As demais alternativas estão de acordo com as recomendações nutricionais para pacientes com IRA, incluindo o uso de dieta hipocalórica nos primeiros dias, prescrição proteica conforme o grau de catabolismo e a presença ou não de TRR, individualização dos eletrólitos e suplementação de micronutrientes em TRR.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa D está correta, pois a DHGNA está fortemente associada a distúrbios metabólicos, como obesidade central, resistência à insulina, dislipidemia, hipertensão e inflamação. As demais opções contêm erros conceituais: atualmente, não se recomenda restrição proteica em encefalopatia hepática; AACR são indicados em cirróticos desnutridos; prebióticos e probióticos são úteis no manejo da encefalopatia; e o ômega-3 tem efeito anti-inflamatório, não agravando a infiltração hepática.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa correta é a letra D, pois fibras fermentáveis podem gerar gases no cólon, agravando sintomas como inchaço e flatulência, comuns na SII. As demais opções apresentam informações incorretas ou generalizações inadequadas, como a letra A, que sugere dieta rica em FODMAPs (o recomendado é a redução); e a letra D, que indica testes para alergias em todos os pacientes, o que não é indicado de forma rotineira, apenas se houver suspeita clínica.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa A está correta conforme as recomendações atuais para pacientes com insuficiência pancreática exócrina, que devem receber terapia de reposição enzimática e manter uma alimentação adequada sem restrição de gorduras, com suplementação de vitaminas lipossolúveis conforme avaliação. As demais alternativas estão incorretas por divergirem das diretrizes nutricionais vigentes, como o uso rotineiro de imunonutrientes (não recomendado) e preferência pela nutrição parenteral, que deve ser evitada sempre que a via enteral for viável.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

Pacientes com DPOC e dispneia frequentemente apresentam desconforto respiratório e distensão abdominal ao consumir grandes volumes durante as refeições. A ingestão de líquidos deve ser estimulada entre as refeições, e não durante, justamente para evitar a piora da dispneia e facilitar a ingestão de alimentos sólidos com menor esforço respiratório.

As demais alternativas são estratégias condizentes com as recomendações nutricionais para esses pacientes.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa correta é a letra A, conforme o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos (MS, 2019), que afirma não haver comprovação de que alimentos ou bebidas específicos tornem o leite mais completo.

A alternativa (b) está incorreta, pois a cafeína não é contraindicada, devendo apenas ser consumida com moderação, limitando-se a cerca de 300 mg por dia.

A alternativa (c) está incorreta, pois o guia destaca que o consumo regular de peixe (2 a 3 vezes por semana) é suficiente para garantir os níveis adequados de ômega-3, sem necessidade de suplementação, salvo exceções clínicas.

A alternativa (d) também está incorreta, já que o uso de adoçantes artificiais deve ser avaliado com cautela e não deve ser encorajado rotineiramente durante a amamentação.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM

INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2025

I - DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao CARGO **043 – PSICOLOGO HOSPITALAR**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2025 do PROCESSO SELETIVO DO INSTITUTO DE SAÚDE E GESTÃO HOSPITALAR - ISGH.

II - DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

A ambiguidade no trecho decorre da posição da expressão "perto de", que pode gerar duas interpretações:

Perto de alcançarem os 40 anos (idade): sentido mais provável, indicando que os cientistas estão se aproximando dos 40 anos.

Perto de alcançarem os 40 anos sem vínculo formal: pode ser interpretado erroneamente como se “alcançar os 40 anos sem vínculo” fosse um marco, o que causa confusão.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

- Alternativa A (Correta): Esta alternativa reflete com exatidão o conteúdo do art. 16 e §1º da Lei nº 9.637/1998, que condiciona a desqualificação da organização social ao processo administrativo prévio, com garantia do contraditório e da ampla defesa, e estabelece que os dirigentes respondem individual e solidariamente pelos prejuízos causados por ação ou omissão. Trata-se de regra de natureza sancionatória com respaldo no princípio do devido processo legal.
- Alternativa B (Incorreta): Embora a ineficiência na prestação dos serviços possa justificar a desqualificação, a lei exige procedimento administrativo prévio e garantias processuais, não sendo cabível decisão unilateral e imediata do Executivo sem contraditório. A alternativa viola frontalmente o §1º do art. 16.
- Alternativa C (Incorreta): A desqualificação como organização social não implica extinção da entidade privada, tampouco interfere diretamente em sua personalidade jurídica, que permanece intacta. O que se extingue é o vínculo qualificado com o Estado e as prerrogativas legais decorrentes dessa qualificação.
- Alternativa D (Incorreta): A reversão patrimonial dos bens públicos permitidos ou valores transferidos é expressamente prevista no §2º do art. 16, independentemente de uso prolongado. A alegação de incorporação por uso não afasta o dever de devolução, uma vez que tais bens mantêm sua natureza pública e apenas estavam sob uso autorizado.

Fundamentação Legal

- Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais):

Art. 16, caput: A desqualificação exige descumprimento contratual.

§1º: Deve ser precedida de processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

§2º: Implica reversão dos bens e valores públicos entregues à entidade, sem prejuízo de outras sanções.

- Princípios constitucionais (CF/88, art. 5º, incisos LIV e LV):

Garantia do devido processo legal, contraditório e ampla defesa nos processos administrativos.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III - DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, estes foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com a decisão e fundamentação supra elencada, com base no Capítulo XI do Edital que rege este Processo Seletivo. Fica reiterado que ***“A banca examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.”***

Publique-se,

Fortaleza – CE, 06 de junho de 2025.

INSTITUTO CONSULPAM